

Orcamento

22 JUN. 1990

Lei orçamentária vai a votação semana que vem

CORREIO BRAZILIENSE

A nove dias do recesso de julho, os líderes dos partidos ainda encontravam ontem dificuldade para organizar a pauta de votações no Congresso, colocá-la em dia e sair tranquilamente para as férias, que, na realidade, representam para os congressistas o começo da dedicação praticamente exclusiva à campanha pelas eleições de outubro.

Uma cena na sala do presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB/RJ), demonstrava o desencontro entre os líderes. "Nélson, vamos votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias?", propôs o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), a votação imediata do projeto, sem a qual adiam-se as férias de julho. "Os líderes estão de acordo?", respondeu Nélson.

A maioria dos líderes não estava de acordo, a começar pelo

líder da maior bancada, a do PMDB de Ulysses. "Mas o Ulysses foi ao Nélson pedir isso?", estranhou o líder Ibsen Pinheiro (RS) quando soube. Afinal, a organização das votações é competência do líder e não do presidente do partido. Além disso, a bancada do PMDB não queria votar ontem a lei.

A tendência dos líderes ficou clara logo pela manhã, quando o Congresso reuniu-se para uma votação que poderia incluir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os dirigentes do Congresso queriam votá-la logo para garantir o recesso, mas os líderes divergiram. Prevaleceram os líderes que preferiram deixar a LDO para a próxima semana.

Como não haverá recesso enquanto a LDO não estiver aprovada, os líderes da oposição preferiam deixá-la para a próxima semana. Assim, apro-

veitariam a presença forçada da maioria parlamentar em Brasília para votar também o projeto da lei salarial, em torno da qual competem com o Governo para ver quem será o responsável pelas mudanças nos salários.

Além da LDO e dos salários, uma terceira questão empeira a pauta de votação: os vetos presidenciais. Estão pendentes de votação 50 vetos do presidente Collor a projetos aprovados pelo Congresso.

Mais complicado será votar os salários, pois em torno deles há uma batalha com olhos nas eleições. "A CUT não quer e o Governo não quer", definia Ibsen uma verdade: a CUT não deseja uma nova lei salarial porque assim o PT teria uma bandeira na campanha eleitoral, e o Governo não quer a mesma coisa por ser a favor da livre negociação salarial.